

Rolagem da dívida dos

ESTADO DE SÃO PAULO

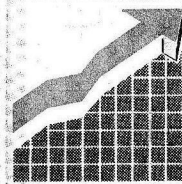
Governadores Fleury e Garcia reúnem-se em São Paulo e prevêem que

Pública

* 8 JUN 1993

KÁSSIA CALDEIRA e
JOSÉ FRANCISCO PACOLA

Clóvis Gran



Os governadores de São Paulo e de Minas, Luiz Antônio Fleury Filho e Hélio Garcia, previram ontem, durante encontro em São Paulo, que o acordo de rolagem das dívidas

dos Estados com a União, estimadas em US\$ 43 bilhões, será fechado este mês e aprovado pelo Congresso antes do recesso de julho. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pediu ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), apoio para a aprovação da lei de refinanciamento das dívidas estaduais ainda em junho. Os governadores da Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí disseram ontem concordar com a proposta de comprometer imediatamente 9% da receita estadual com o pagamento da dívida.

Fleury e Garcia estiveram ontem em visita ao Estado, onde discutiram reservadamente a proposta de renegociação da dívida com o governo federal. No encontro, Fleury transmitiu ao governador mineiro o conteúdo da conversa mantida com o ministro da Fazenda há uma semana no Palácio dos Bandeirantes. A conversa serviu para acertar os pontos em comum que os dois Estados defendem na proposta, que será discutida hoje, às 16h30, entre Garcia e Cardoso, em Brasília. Não há um prazo para resposta aos governos estaduais.

Divergências — “Este é o último ministro da Fazenda com quem faço acordo”, afirmou Garcia. Ambos usam o mesmo argumento para defender uma rápida solução para o impasse da rolagem da dívida: o assunto esteve em pauta com os seis ministros da Fazenda desde a eleição de Fernando Collor — Zélia Cardoso de Melo, Marcílio Marques Moreira, Gustavo Krause, Paulo Haddad, Eliseu Resende e Cardoso.

A rolagem “interessa” a São Paulo e Minas, que esperam a modificação de três itens para efetivar o acordo. O percentual da arrecadação que cada Estado deverá pagar é a primeira preocupação. Fleury e Garcia querem reduzir de 9% para 7% a parcela da receita estadual no pagamento da dívida. “Uma conta de chegada pode ser 8% e todos os devedores vão aplaudir”, admitiu Fleury, que aceita até os 9%, se for incluída a dívida mobiliária. Além disso, “evita surpresas no pagamento das parcelas, como acontece por exemplo com Santa Catarina que chegou a pagar 22% da sua arrecadação.”

O segundo aspecto a ser discutido, e, o mais importante de acordo com Fleury, é o prazo. A proposta do governo fixa como data para o início da rolagem 31 de dezembro de 1992. A contraproposta dos governadores é 31 de maio de 1993. O terceiro item do entendimento diz respeito ao benefício concedido aos Estados em dia com o pagamento. “Acho justo que esses Estados tenham carência maior”, afirmou Fleury.

Garcia garantiu que Minas não tem dívidas atrasadas com a União. “Na verdade somos credores do governo federal”, afirmou. Ele acredita que no encontro que terá com o ministro da Fazenda vai demonstrar, com um levantamento, que as contas de Minas estão zeradas.

O caso de São Paulo é mais complicado. “O problema é que nossos números nunca batem com os apresentados pelo ministério, sempre superestimados”, destacou o governador paulista.

■ Mais informações na página 3

Estados sai este mês

Congresso aprovará refinanciamento de dívidas estaduais até dia 30

phi Sobrinho/AF -29/1/93